

Departamento Penitenciário de Minas Gerais amplia monitoramento eletrônico no interior do estado

Qui 28 agosto

O [Governo de Minas](#) inaugurou mais uma unidade responsável por fazer a instalação, manutenção e retirada de tornozeleiras eletrônicas no estado. Desta vez, a cidade contemplada foi Guaranésia, no Sudoeste mineiro. No presídio local, a [Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais \(Sejusp MG\)](#), por meio do [Departamento Penitenciário de Minas Gerais \(Depen-MG\)](#), conta agora com um Subnúcleo de Monitoramento. Os policiais penais do novo equipamento são responsáveis pela admissão, manutenção e retirada de dispositivos de monitoração da 18ª Região Integrada de Segurança Pública (Risp).

Como setor responsável pelo serviço de monitoramento dos dispositivos, a Diretoria de Gestão e Monitoramento Eletrônico (DME) vem se empenhando em ampliar o número de unidades, dar mais capilaridade ao sistema. O Núcleo Regional de Poços de Caldas, após instalar a nova unidade, por exemplo, agora passa a contar com dois subnúcleos ativos: Alfenas e Guaranésia. A inauguração amplia a capacidade de atendimento e garante maior proximidade com as demandas regionais, sendo responsável pelo acompanhamento de 538 monitorados na 18ª RISP.

Para o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Rogério Greco, a criação do Subnúcleo em Guaranésia não apenas viabiliza a redistribuição das atividades, como também permite a otimização da logística dos atendimentos locais, reduzindo deslocamentos e assegurando maior celeridade nos procedimentos. “A expansão do monitoramento eletrônico demonstra nosso compromisso com a proteção às vítimas e com a segurança do estado. Essa estrutura permite respostas rápidas e precisas, sempre em estrita conformidade com a legislação”, avalia.

Proteção

Atualmente, Minas Gerais contabiliza 9.399 monitorados sob gestão da DME, número que demonstra a relevância das ações para manter a segurança pública e a efetividade das medidas judiciais. Desse total, há 988 agressores incursos na Lei Maria da Penha. O funcionamento deste subnúcleo contribui, também, para a proteção às vítimas com medida protetiva, além de ajudar na ressocialização do monitorado, como forma de promover justiça com responsabilidade social.

A diretora de Gestão e Monitoramento Eletrônico, Dênia Samione, reforça que essa ampliação representa um passo importante para a eficiência operacional. “A redução de custos logísticos e o fortalecimento do sistema de monitoramento eletrônico significam a consolidação das atribuições da DME”, analisa a diretora.